

## MEMÓRIA CAMPINEIRA ( 14 )

FREGUESIA DAS CAMPINAS, VILA DE SÃO CARLOS,  
CIDADE DE CAMPINAS

O mais antigo documento, que se conhece, relativo ao germe de um núcleo urbano em Campinas — a petição para a ereção de uma capela — constante do “Livro do Tombo da Freguesia de N. Sa. da Conceição das Campinas” — não está datado. Contudo, não padece dúvida que ela é anterior a setembro de 1772, pois tem a data de 15 de setembro daquele ano o pedido de informação ao pároco de Jundiá, por parte do Cônego Antônio de Toledo Lara, então responsável pelo expediente da diocese de São Paulo. O vigário jundaiense, Padre Inácio Pais de Oliveira, respondendo ao referido pedido, lembrou que a área apontada para a ereção da capela era suficiente, se bem que um tanto deserta, e, mais ainda, que os pretendentes eram muito pobres, o que parece não ser correto, pelo menos em relação a alguns deles. Todavia, apesar dessa informação um tanto pessimista, os moradores do então Bairro do Mato Grosso, incentivados pelo ânimo forte de Barreto Leme, continuaram a enfrentar todas as dificuldades, até que, em 1773, alcançaram do governador do bispado licença para construção de sua igreja matriz.

Cumpridas as determinações da diocese paulistana, veio o vigário de Jundiá à “paragem chamada Campinas”, para vistoriar e demarcar o local onde deveria ser construída a nova igreja. Seu auto de “vistoria e demarcação” tem a data de 22 de setembro de 1773 e, tal como fora recomendado pela diocese, especifica as condições para a construção da igreja. A escassez de recursos materiais determinou atraso na construção ( o que parecia dar razão ao vigário... ), levando nove moradores a endereçarem nova petição à diocese, suplicando, desta vez, que, enquanto demorassem as obras da igreja, fosse-lhes concedida licença “para se fazer uma ermida mais à ligeira, com a decência possível, para servir enquanto se não conclui a dita Matriz”. Assinavam esta petição José de Souza Siqueira, Barreto Leme, Silva Rego, Silva Leme, Costa Machado, Pereira Magalhães, Salvador de Pinho, Pedroso de Almeida e Guedes Barreto, nomes estes todos consagrados pela municipalidade em ruas campineiras e todos, com exceção de Barreto Leme, no Guanabara. Concedido o solicitado, o governador da Capitania procurou concorrer para que não retardasse mais ainda a inauguração da igreja, dirigindo-se a Dona Inácia Bueno, moradora em Araçariguama, a pedir, de empréstimo, os paramentos sacros de sua capela para serem usados na capelinha pretendida pelos campineiros.

O bispo diocesano ( D. Frei Manuel da Ressurreição, que neste ínterim tomara posse ) nomeou vigário interino da nova paróquia

a Frei Antônio de Pádua, a quem coube celebrar a primeira missa, a 14 de julho de 1774. Esta data foi considerada oficialmente como a da instalação da Freguesia das Campinas, o que vale dizer, a fundação de nossa cidade. Não confundir, aqui, povoamento com fundação da cidade, pois o povoamento, de fato, é muito mais antigo, datando pelas primeiras cartas de sesmaria de 1732.

Primeiro governador (capitão-general, na linguagem da época) de São Paulo, após a restauração da Capitania em 1765, D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, mais conhecido pelo título de **Morgado de Mateus**, veio de Portugal com ordens e instruções para realizar uma política de incentivo ao povoamento da Capitania. Realizou-a não só por meio da concessão de sesmarias, que alcançaram quase metade do território paulista, como através da criação de núcleos de povoamento. Os três atos datados de 27 de maio de 1774 são de grande importância para o objetivo que tinha em mira: num deles, nomeia Barreto Leme “Fundador, Administrador e Diretor” de Campinas; noutro estabelece normas para o povoamento e, no terceiro, determina os primeiros lineamentos da nova povoação.

Mais para o fim do século, o desenvolvimento de Campinas, cuja economia tinha por base a cana-de-açúcar e a agricultura de subsistência, levou seus moradores a solicitarem ao governo da Capitania a elevação da freguesia à categoria de **Vila**, desmembrada da de Jundiá. Na estrutura administrativa da época, a criação da vila implicava a instituição do poder municipal. Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, que naquele mesmo ano assumira o governo da Capitania, considerando justa a petição, houve por bem atendê-la por provisão de 4 e portaria de 16 de novembro do mesmo ano de 1797. A portaria determinava, entre outras medidas para a instalação da vila, que ela passasse a denominar-se **São Carlos**. As conjecturas acerca do novo nome são várias: homenagem a uma princesa lusitana nascida poucos meses antes, homenagem à própria esposa do Príncipe D. João, Dona Carlota Joaquina, ou em honra de São Carlos Borromeu, de quem o governador Melo Castro parecia ser devoto, e cujo onomástico se celebra a 4 de novembro, data da provisão... O que se sabe, todavia, é que o nome imposto a Campinas não “pegou”, sendo usado apenas em documentos oficiais. E segundo o testemunho do viajante Saint-Hilaire, até em atos oficiais o nome Campinas freqüentemente aparecia.

Determinada a criação da vila, restavam os atos da instalação, que se realizaram durante quatro dias, 12, 13, 14 e 15 de dezembro do mesmo ano de 1797. Os atos mais importantes (ereção e levantamento do pelourinho, símbolo da autonomia municipal) ocorreram no dia 14 de dezembro, razão pela qual ficou essa data consignada em nosso calendário cívico.

O nome **Campinas** desaparece oficialmente no longo período que vai de 14 de dezembro de 1797 até 5 de fevereiro de 1842, embora, segundo o depoimento de Saint-Hilaire, continuasse sendo usado pelo povo e até em documentos oficiais. Não há confundir, no caso, com a atual cidade de São Carlos, que esta é de fundação mais recente. Ao ser elevada à categoria de cidade, a 5 de fevereiro de 1842, teve a vila de São Carlos restaurado o seu nome primitivo. Aliás, o ato do Barão de Monte Alegre, presidente da então Província de São Paulo, é bem explícito. Por ele, eram elevadas à categoria de **cidade** as **vilas** de Taubaté, Itu, Sorocaba, Curitiba, Paranaguá e São Carlos. Não nos esqueçamos de que, na época, o atual Estado do Paraná ainda fazia parte do território paulista. O ato especificava que as cinco primeiras conservariam a mesma denominação, mas a de **São Carlos** passaria a chamar-se **Campinas**.

Eis, pois, as grandes datas de evolução administrativa de Campinas: 14 de julho de 1774, criação da **Freguesia** ( data oficial ); 14 de dezembro de 1797, criação da **Vila**, com a instalação do competente poder municipal; e 5 de fevereiro de 1842, elevação da Vila de São Carlos à categoria de **Cidade**, com a restauração do nome **Campinas**. Convém que a memória campineira não as esqueça. A primeira e a última figuram em ruas da cidade, sendo a última por proposta nossa. Quanto à rua 14 de Dezembro, aliás a mais importante de todas, não foi originalmente consignada como homenagem à criação do município de Campinas, embora esta indicação constasse por muito tempo de uma das placas nela existente. Teve essa denominação para comemorar a partida de um batalhão campineiro que deveria atuar na revolução de 1893 e naquele dia seguiram para Itararé. Coube ao Dr. Antônio Lobo propor, em Câmara, que em "reconhecimento aos bravos patriotas que compõem a Guarda Nacional desta cidade, que seguiram para Itararé, se desse a denominação de **14 de Dezembro** a uma das ruas cidade, que não tenha nome algum ou que não tenha significação, perpetuando-se, assim, esta data como sendo a da partida dos Voluntários que seguiram em defesa da Pátria". O assunto vem devidamente tratado por Jolumá Brito num dos volumes de sua **História de Campinas**.

Ocorre, entretanto, que esse episódio, no rolar do tempo, acabou se revestindo de pouca significação. Inda mais que, informa Jolumá Brito, o batalhão campineiro nem chegou a atuar. Hoje pouca gente sabe o que foi o movimento revolucionário de 1893. E dada a coincidência da data, seria conveniente que o nosso poder público consignasse que a rua 14 de Dezembro ( importante artéria, como todos sabem ) celebrasse **também** a criação do município de Campinas, em 1797, fato inegavelmente muito mais importante que a partida do batalhão campineiro para uma revolução hoje praticamente esquecida.